

A contribuição da Associação Nacional de História para a Reforma Universitária: documento final

Introdução

A Associação Nacional de História – Anpuh (<http://www.anpuh.uepg.br/>), entidade científica sem fins lucrativos, vem, há anos participando ativa e criticamente das discussões sobre a Educação Nacional.

Cabe destacar pontualmente algumas ações da Associação nos anos recentes.

A Anpuh manifestou-se publicamente sobre a questão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, posicionando-se contrariamente aos mesmos não apenas em relação ao conteúdo proposto, como também quanto à forma adotada em que a discussão se verificou, na época.

Neste processo de debate, a Anpuh participou ativamente – através de Seminários e Encontros Específicos, Regionais e Nacionais - da elaboração das Diretrizes para o Ensino Superior de História, sendo praticamente organizado por seus quadros o texto final das referidas Diretrizes (Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, em <http://www.anpuh.uepg.br/anpuh/document/diret.htm>).

Cabe destacar ainda que, neste documento, a Anpuh, após discussões nacionais nas várias unidades federativas, defendeu o princípio da formação integral do historiador, entendendo que a articulação do eixo ensino-pesquisa-extensão é fundamental neste processo, o que, por sua vez, incide diretamente na necessária indissociabilidade entre licenciatura e bacharelado.

Esta proposta tem como pressuposto a idéia de que o historiador deve ser um profissional que atua integralmente no seu campo de especialidade – o ensino, a pesquisa e outras atividades que incidem diretamente neste campo –, atendendo também, através da autonomia na organização curricular, às diversidades regionais existentes no Brasil.

Desse modo, a pesquisa (no sentido amplo do termo) deve ser considerada como o fundamento de qualquer atividade profissional do historiador: a docência nos três níveis de ensino, a qualificação profissional através do pós-graduação, a atuação em conselhos patrimoniais, nos arquivos, etc.

O projeto supracitado contemplava ainda uma proposta de avaliação que tinha dois pressupostos:

- a) condições institucionais – laboratórios, bibliotecas, espaço físico, etc;
- b) a coerência na implantação e desenvolvimento das novas diretrizes político-acadêmicas nos cursos de graduação em História.

Posteriormente, a elaboração pelo MEC de diretrizes específicas para os cursos de licenciatura desfigurou o projeto inicial da Anpuh, que também era compartilhado por diversas sociedades científicas.

É importante que se diga que, ao criticar contraditoriamente a dissociação da licenciatura e do bacharelado no antigo modelo 3X1 e efetuar radical cisão entre estas habilitações, o projeto do MEC separou definitivamente a licenciatura do bacharelado.

A Anpuh, a partir de discussões nos seus vários fóruns (Encontros Regionais, Simpósios Nacionais), teceu considerações críticas acerca do projeto do MEC de diretrizes para formação de professores, apontando a necessidade de manter a integralidade da formação profissional do historiador (As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Área de História e a Formação dos Professores para a Educação Básica, em <http://www.anpuh.uepg.br/anpuh/documentos/formac/htm>).

Concomitantemente, a Anpuh encaminhou a discussão sobre o processo de regulamentação da profissão do Historiador, que se pautava nos princípios acima expostos e foi arquivado na Câmara dos Deputados.

Finalmente, a Anpuh formulou considerações críticas ao Exame Nacional de Cursos proposto pelo MEC, uma vez que este adotava, por um lado, como princípios fundamentais, concepções avaliativas mais modernas, contidas nas Diretrizes para os Cursos de História e, por outro, assumia, como conteúdo a ser avaliado, aqueles propostos pelo Currículo Mínimo de 1962, num quadro de evidente esquizofrenia intelectual (Documento Anpuh – Exame Nacional de Cursos, em <http://www.anpuh.uepg.br/anpuh/document/examen.htm>).

Assim, a Anpuh não poderia furtar-se a discutir a importante questão da reforma universitária em curso no Brasil, que incidirá no perfil das Universidades com conseqüências para o futuro do país.

Para isto, a Anpuh reuniu e sistematizou documentos sobre a Reforma Universitária e promoveu neste ano de 2004 um Seminário Nacional sobre o tema. (<http://www.anpuh.uepg.br/reformauniversitaria>).

O presente documento expressa o conteúdo deste debate e representa a posição da comunidade dos profissionais em História quanto à Reforma Universitária. Princípios da Reforma

O Brasil precisa de um projeto abrangente para a Universidade, que defina seu lugar como instrumento da construção nacional e da luta contra a injustiça social.

Esse projeto deve ser pensado e implementado dentro de uma reformulação de nosso sistema educacional como um todo, particularmente do setor público, para sanar as graves deficiências crônicas de que padece.

Por isso o debate democrático de um projeto de reforma, na comunidade universitária e em toda a sociedade, é condição do sucesso de sua elaboração e implementação.

Entretanto as audiências públicas, inicialmente convocadas pelo MEC para discutir a reforma universitária, não preencheram esse papel, em razão do seu caráter meramente pontual e consultivo.

Logo depois disso, sem qualquer debate social ou mesmo institucional, o governo federal implementou - inspirado em decretos e medidas provisórias anteriores, como a que instituiu o PROUNI -, o decreto 5205/04 que regulamenta a atividade das fundações de apoio e afeta profundamente a estrutura do ensino superior brasileiro.

Consagrou-se, assim, uma perspectiva fragmentada e alheia aos princípios da discussão democrática, também contrária ao debate amplo sobre as necessárias mudanças na Universidade brasileira.

A reforma proposta e já parcialmente encaminhada pelo governo está centrada no eixo financiamento/expansão/avaliação. Julgamos este eixo de discussão insuficiente, ainda que necessário.

Uma reforma abrangente deveria contemplar o papel da Universidade em todos os campos do desenvolvimento nacional, da produção e divulgação do conhecimento, bem como seu papel próprio em relação a todo um sistema nacional de educação, com ênfase no setor público.

Financiamento

A estratégia encontrada para lidar com o setor empresarial do ensino superior é articular o financiamento com a expansão. Mas, o governo se omite quanto à necessidade de expandir o setor público, que já conta com mecanismos de controle mais consolidados.

Assim, a reforma aparece como uma alternativa para o setor empresarial, por meio de políticas de bolsas a alunos ou pela compra das vagas ociosas já existentes e sem a explicitação de qualquer tipo de controle das formas de funcionamento das instituições privadas e de sua qualidade.

Também se enfatiza a parceria entre o setor público e o privado como alternativa de financiamento, o que garante espaço para a permanência e consolidação das fundações no setor público. Isso vem sendo fortemente criticado, pois compromete a transparência e a própria natureza pública que o setor deve manter. Propostas desse tipo apontam mais para a acomodação de interesses do que para a necessária reforma do sistema de instituições de ensino superior. A questão do financiamento diz respeito à condição básica para a existência e desenvolvimento de uma Universidade pública digna desse nome.

Historicamente, em nosso país, o financiamento das instituições públicas de ensino superior tem sido fixado, na melhor das hipóteses, considerando-se um percentual da arrecadação fiscal, ao invés de se considerar um percentual do conjunto da atividade econômica e com base em fundos públicos.

O Documento II do Ministério da Educação teve o mérito de reconhecer a situação de asfixia financeira em que o setor público se encontra há bastante tempo. No entanto, as medidas do governo federal e as dos principais governos estaduais têm tornado cada vez mais incerta a base de financiamento das instituições públicas, fazendo-o depender, de modo crescente, do seu entrosamento com o setor privado através das fundações.

Além das conseqüências possíveis e danosas desse processo para o próprio conteúdo do ensino, da pesquisa e da extensão no setor público, a crescente precariedade deste contrasta com a proposta de um fundo setorial de incentivo à pesquisa para o setor privado.

Essas iniciativas ameaçam gerar um completo descontrole público sobre os objetivos, fins e conteúdo da pesquisa na educação de nível superior. E também ameaçam a viabilidade da pesquisa e sua vinculação com o ensino e a extensão justamente onde elas têm se mostrado historicamente mais dinâmicas: nas instituições públicas.

Expansão e Acesso

Entendemos que a ampliação do acesso por via da compra de vagas pelo governo em empresas privadas de ensino, conforme preconizada no Programa 'Universidade Para Todos', representa um artifício em pelo menos dois aspectos.

Diante da desinformação generalizada sobre o sucateamento do sistema universitário público, e com a política deliberada de contenção da expansão de vagas que vêm ocorrendo há vários anos, o governo monta um cenário em que a solução através de instituições privadas se confunde com uma ação de natureza pública.

Além disso, instrumentalizando anseios legítimos de segmentos da população largamente excluídos da Universidade, furta-se o governo ao dever de Estado, expresso na Constituição Federal, no âmbito da educação superior. Subsidiaria o ensino privado, que passa por uma fase de refluxo da demanda em razão do seu crescimento desordenado nos últimos tempos, do qual a autoridade pública se fez cúmplice nos últimos dez anos, ao se omitir diante da necessidade de uma regulamentação por critérios qualitativos.

Entendemos que tais procedimentos tendem a nivelar por baixo os padrões de ensino, fortalecendo a indústria de diplomas e configurando o atendimento ilusório de uma reivindicação social que deveria merecer, por parte do poder público, consideração prioritária em termos de planejamento, investimento e definição de políticas estratégicas e de longo prazo.

Avaliação

No conjunto das iniciativas governamentais, a avaliação também aparece como algo discutível.

De um lado cria-se um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, que se propõe a avaliar as instituições, os estudantes e os cursos. Esta avaliação seria exercida pelos Conaes, Conselhos Nacionais de Ensino Superior, definidos pelo Ministério.

Tal iniciativa coloca em risco a autonomia universitária, condição central da liberdade de criação, pensamento e produção de conhecimento no país, pois desequilibra o peso da avaliação em favor de elementos externos às Universidades.

Além disso, até o momento o governo não apresenta nenhuma medida de responsabilidade social a ser assumida pelo setor empresarial que, este sim, goza hoje de plena autonomia, absorvendo vantagens mercantis e um crescimento patrimonial sem consonância com investimento significativo em qualificação de pessoal.

A Universidade pública brasileira continua sendo um espaço privilegiado quanto à produção de conhecimento e diálogo criativo com o produzido em outros centros. Tais papéis são quase ausentes do setor privado, com as honrosas exceções de praxe.

São uma das bases indispensáveis da qualidade do ensino e da extensão, e um dos eixos da formulação de um pensamento crítico e ativo em relação aos desafios das sociedades contemporâneas.

Tudo isso deve ser levado em conta num Sistema de Avaliação cujo eixo seja a discussão do papel das Universidades no corpo social que as contêm, das suas condições de trabalho e aí sim, do seu desempenho institucional diante das demandas legítimas da sociedade, expressas, entre outros meios, pelo Plano Nacional de Educação.

Conclusão

A partir de uma concepção de educação universitária como bem público, a ser eqüitativamente compartilhado pela população, entendemos que o atendimento a esse direito social é principalmente função da Universidade pública. Esta somente a desempenhará de forma competente e democrática se o Estado cumprir o dever que insubstituivelmente lhe cabe de prover a instituição dos instrumentos, condições e meios para o exercício pleno das atividades de ensino, pesquisa e extensão, num regime de necessária e plena autonomia, observados os parâmetros de responsabilidade social, transparência e de prestação de contas à sociedade.

Os fatos nos obrigam a constatar que há um inaceitável desvio de percurso para a consecução de tais metas.

É, portanto, em defesa do ensino público de qualidade na sua maior amplitude possível que a Anpuh manifesta-se por uma reforma abrangente que discuta o papel do sistema nacional de instituições de ensino superior diante dos desafios sociais, particularmente os educacionais, do país.

Pelas razões acima expostas não nos satisfazem os rumos que a autoridade governamental vem imprimindo a uma reforma universitária, que entendemos como necessária, desde que pautada por padrões intelectuais, éticos e políticos compatíveis com a importância da educação superior, com a dignidade da instituição universitária e sua natureza republicana.

SP, dezembro de 2004

Associação Nacional de História